

ANTONIO DAVID CATTANI
JEAN-LOUIS LAVILLE
LUIZ INÁCIO GAIGER
PEDRO HESPANHA

*Dicionário Internacional
da Outra Economia*



DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA

AUTORES

ANTONIO DAVID CATTANI
JEAN-LOUIS LAVILLE
LUIZ INÁCIO GAIGER
PEDRO HESPANHA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 851 904 – Fax: 239 851 901
www.almedina.net
editora@almedina.net

ALMEDINA BRASIL, LTDA

Alameda Lorena, 670
Jardim Paulista
01424-000 São Paulo
Tel/Fax: +55 11 3885 6624 / 3562 6624
Mob: +55 11 8457 2654
brasil@almedina.com.br

PRÉ-IMPRESSÃO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.
producao@graficadecoimbra.pt

IMPRESSÃO

??????????

Janeiro, 2009

DEPÓSITO LEGAL

??????????

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es). Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

Dicionário internacional da outra economia / Pedro
Hespanha...[et al.]. – (CES)
ISBN 978-972-40-3722-6

I – HESPANHA, Pedro, 1946-

CDU 330
316
304
364

ÍNDICE

- | | | | |
|----|--|-----|--|
| 7 | Construindo a Outra Economia
<i>Antonio David Cattani</i> | 55 | Cidadania
<i>Paulo Henrique Martins</i> |
| 9 | Nota Acerca da Edição Portuguesa
<i>Boaventura de Sousa Santos</i>
<i>Pedro Hespanha</i> | 60 | Comércio Justo
<i>Alfonso Cotera</i>
<i>Humberto Ortiz</i> |
| 11 | Altermundialização
<i>Patrick Viveret</i> | 68 | Conselhos de Empresa
<i>Hermes Augusto Costa</i> |
| 16 | Antiutilitarismo
<i>Alain Caillé</i> | 74 | Consumo Solidário
<i>Euclides André Mance</i> |
| 21 | Associativismo
<i>Philippe Chanial</i>
<i>Jean-Louis Laville</i> | 80 | Cooperação
<i>Paulo de Jesus</i>
<i>Lia Tiriba</i> |
| 26 | Autogestão
<i>Daniel Mothé</i> | 86 | Cooperação Internacional
<i>Dipac Jaiantilal</i> |
| 31 | Bancos Comunitários
de Desenvolvimento
<i>Genauto Carvalho de França Filho</i>
<i>Jeová Torres Silva Junior</i> | 91 | Cooperativas de Trabalho
<i>Jacob Carlos Lima</i> |
| 37 | Bens Públicos Mundiais
<i>Philip Golub</i>
<i>Jean-Paul Maréchal</i> | 96 | Cooperativismo
<i>Rui Namorado</i> |
| 43 | Cadeias Produtivas
<i>Lee Pegler</i> | 103 | Dádiva
<i>Alain Caillé</i> |
| 49 | Capital Social
<i>Susana Hintze</i> | 108 | Desenvolvimento Local
<i>Rogério Roque Amaro</i> |
| | | 114 | Economia da Família
<i>Lina Coelho</i> |

- 120 Economia do Trabalho
José Luis Coraggio
- 128 Economia Feminista
Lina Coelho
- 134 Economia Moral
Noëlle M. P. Lechat
- 139 Economia para a Vida
Franz J. Hinkelammert
Henry Mora Jiménez
- 145 Economia Plural
Jean-Louis Laville
- 150 Economia Popular
Ana Mercedes Sarria Icaza
Lia Tiriba
- 156 Economia Social
Jacques Defourny
- 162 Economia Solidária
Jean-Louis Laville
Luiz Inácio Gaiger
- 169 Eficiência
Luiz Inácio Gaiger
- 175 Emancipação Social
Antonio David Cattani
- 181 Empreendimento Econômico
Solidário
Luiz Inácio Gaiger
- 188 Empresa Social
Jacques Defourny
- 193 Empresas Recuperadas
Gabriel Fajn
- 198 Estado Social
François-Xavier Merrien
- 203 Ética Econômica
Anne Salmon
Antonio David Cattani
- 208 Finanças Solidárias
Ruth Muñoz
- 213 Governança Local
Sílvia Ferreira
- 219 Identidade
Marília Veríssimo Veronese
Egeu Gómez Esteves
- 224 Incubação de Redes
de Economia Solidária
Genauto Carvalho de França Filho
Eduardo Vivian da Cunha
- 231 Justiça Cognitiva
Maria Paula Meneses
- 237 Macroeconomia e Economia Popular
Ricardo Diéguez
- 243 Microcrédito
Jean-Michel Servet
- 248 Microempreendedorismo
Pedro Hespanha
- 255 Moeda Social
Claudia Lúcia Bisaggio Soares
- 260 Movimento Social
Ana Mercedes Sarria Icaza
- 264 Patrimônio Comum da Humanidade
José Manuel Pureza

- 268 Políticas Públicas
Walmor Schiochet
- 273 Previdência Social
Claudia Danani
- 278 Redes de Colaboração
Solidária
Euclides André Mance
- 284 Redes Sociais
Breno Fontes
Sílvia Portugal
- 289 Responsabilidade Social Empresarial
Anne Salmon
Antonio David Cattani
- 293 Saberes do Trabalho Associado
Maria Clara Fischer
Lia Tiriba
- 299 Sociedade-Providência
Pedro Hespanha
Sílvia Portugal
- 305 Sociologia Econômica
Benoît Lévesque
- 310 Solidariedade
Jean-Louis Laville
- 315 Tecnologia Social
Renato Dagnino
- 322 Terceiro Sector
Sílvia Ferreira
- 328 Utopia
Antonio David Cattani
- 335 Autores
e Corpo Técnico

REDES SOCIAIS

Breno Fontes
Sílvia Portugal

1. Uma rede social pode ser definida como “um conjunto de unidades sociais e de relações, directas ou indirectas, entre essas unidades sociais, através de cadeias de dimensão variável” (MERCCKLÉ, 2004, p. 4). As unidades sociais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, tais como associações, empresas, países. As relações entre os elementos da rede podem ser transacções monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interacção face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas.

A abordagem a partir das redes sociais posiciona os actores em contextos sociais, permitindo perceber que as trajectórias dos indivíduos não são determinadas integralmente pela sua posição na estrutura social, nem tão-somente pelos resultados das suas decisões. A inserção numa estrutura de redes, embora de certa forma condicionada pela posição estrutural, garante um certo grau de liberdade na escolha de estratégias de acção, possibilitando deslocamentos na estrutura social. Ao mesmo tempo, o desenho da rede social oferece diferentes possibilidades no acesso a recursos.

Wasserman e Faust identificam quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais: 1) os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas; 2) os laços relacionais entre actores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) os modelos de redes centrados nos indivíduos conce-

bem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou constroem a acção individual; 4) os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes de relações entre actores (WASSERMAN e FAUST, 1999, p. 4).

Como afirmam Degenne e Forsé (1994), a análise das redes permite passar das “categorias” às “relações”. A maior parte dos sociólogos admite que o comportamento e as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas em que estes se inserem. Contudo, a realidade não é concebida em termos de relações, sendo os dados empíricos trabalhados a partir de categorias construídas *a priori* através da agregação de indivíduos com atributos semelhantes – os homens, os jovens, os operários, os licenciados, os países desenvolvidos, etc. Nas abordagens sociológicas que incorporam a noção de rede, os indivíduos pertencem não somente a categorias, mas também a redes relacionais, e as categorias não são mais do que o reflexo das relações estruturais que os ligam entre si (DEGENNE e FORSE, 1994, p. 7). Elas não podem ser dadas *a priori* e definitivamente, mas antes emergir da análise das relações entre os elementos que compõem a estrutura. O ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto de relações que as interliga. Não se pode querer compreender a estrutura e ignorar as relações que se estabelecem entre os seus elementos. É esta armadilha que a análise das redes pretende evitar, procurando encontrar regularidades, grupos, categorizações, de modo indutivo, através da análise do conjunto de relações.

2. O termo “rede” é hoje abundantemente usado na linguagem corrente, académica ou política e designa uma grande variedade de objectos e fenómenos. No entanto, está longe de ser um neologismo: a palavra é antiga e a história dos seus usos descreve um longo percurso desde o século XVII (MERCKLÉ, 2004; RUIVO, 2000).

Na literatura das ciências sociais, encontramos registos de importantes estudos sobre redes a partir de Simmel. A partir da ideia de uma sociologia formal, que tem como objectivo estudar os fenómenos sociais a partir das interações entre os indivíduos, Simmel apresenta uma ampla série de estudos sobre os tempos modernos, onde investiga as mudanças dos processos de sociabilidades decorrentes das transformações verificadas com os processos de industrialização e urbanização. Estudos como a “Filosofia do Dinheiro”, “A Metrópole e a Vida Mental” ou “Grupos Sociais” avançam importantes pistas para a construção da teoria das redes sociais. Nesta agenda de pesquisa, as temáticas das sociabilidades, de um lado, e dos processos de mobilização de recursos (políticos e organizacionais), por outro, são as dominantes.

Inegável é, também, o contributo da Antropologia Social britânica do Pós-Guerra. De entre os diversos estudos, destacamos dois dos pioneiros: o de John A. Barnes e o de Elisabeth Bott. Ao estudar a importância das interações individuais na definição da estrutura social comunitária, Barnes isola dois campos (territorial e industrial) com base nos quais se estabelecem as relações entre os indivíduos. No entanto, o autor chega à conclusão de que a maioria das acções individuais não pode ser compreendida com base na

pertença territorial ou industrial. Isola, então, um terceiro campo, formado pelos laços de parentesco, amizade e conhecimento, que concebe como uma rede: rede de relações, flexível e discreta, em que os diferentes membros se podem ou não conhecer uns aos outros e interagir entre si (BARNES, 1977). O conceito revelou-se importante não só para a descrição da estrutura da comunidade, como, também, para a compreensão de processos sociais fundamentais como o acesso ao emprego ou a cargos políticos. Pouco tempo após o trabalho de Barnes, os estudos de Elizabeth Bott, publicados pela primeira vez em 1957, chamaram definitivamente a atenção da comunidade científica para o conceito de rede social. A pesquisa de Bott sobre a família e as redes de relações sociais teve especial importância por ser a primeira a reconhecer a relação entre o carácter interno duma relação e a estrutura duma rede: Bott defendia a ideia de que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento dos seus membros, mas também das relações que estes estabelecem com outros, ou seja, de que a estrutura da rede de parentes, amigos, vizinhos e colegas tem uma influência directa na definição das relações familiares (BOTT, 1976).

Apesar de ter surgido cedo nas ciências sociais, o conceito de rede social foi inicialmente usado sobretudo em sentido metafórico. A agenda de pesquisa sobre redes sociais toma um impulso bastante importante com a incorporação de modelos matemáticos e da informática e consequente capacidade de processamento de dados em larga escala. A utilização de algoritmos, que permitem processar grandes volumes de informação, possibilita

construir elegantes modelos matemáticos (ancorados na teoria dos grafos e na álgebra matricial), formalizando conceitos já anunciados antes por Simmel, Barnes, Bott e outros autores.

Durante a segunda metade do século XX, o conceito de rede social tornou-se central na teoria sociológica e deu azo a inúmeras discussões sobre a existência de um novo paradigma nas ciências sociais. No decorrer das últimas décadas, a sociologia das redes sociais constituiu-se como um domínio específico do conhecimento, institucionalizou-se progressivamente e ganhou uma visibilidade crescente. A criação de associações de pesquisadores, a edição de revistas especializadas, a realização de seminários e congressos, o aumento crescente do número de publicações sobre esta matéria revelam uma ampliação significativa do interesse acadêmico neste domínio.

3. Actualmente a agenda de pesquisa sobre redes sociais constrói-se a partir de dois grandes campos de interesse: (a) a organização das sociabilidades; (b) os processos de mobilização de recursos.

No primeiro campo, destacamos os chamados estudos de comunidade, que procuram responder a uma questão já relativamente antiga: o impacto das actuais transformações socioeconómicas nos padrões de sociabilidade. No segundo campo, partindo da constatação de que as redes são importantes instrumentos de mobilização de recursos (ou de formação de capital social), diversos estudos analisam a relação entre as características estruturais das redes e o acesso a recursos. Destacamos aqueles que se debruçam sobre a organização do mercado de tra-

balho, a mobilização política, a formação de redes de apoio social, e os processos organizacionais.

Os estudos sobre sociabilidades retomam a discussão sobre o destino da comunidade nas sociedades modernas, remetendo para a discussão iniciada por Tönnies, com a sua tipologia *Gemeinschaft/Gesellschaft* (comunidade/sociedade). Esta dicotomia é problematizada em Max Weber, em *Economia e Sociedade*, onde especifica estes conceitos a partir da sua tipologia de acções sociais. Estruturações de sociabilidade comunitárias remetendo a práticas onde os sentimentos afectivos e tradicionais seriam os predominantes, e sociabilidades do tipo societárias caracterizadas pela formação de interesses a partir de acções sociais racionais. Acções racionais substantivas ou instrumentais seriam, portanto, o conteúdo predominante das práticas de sociabilidade societárias.

Esta dicotomia fez escola e foi problematizada por inúmeros estudos. No entanto, de Simmel à Escola de Chicago prevalece a ideia de que a modernidade seria dominada por sociabilidades secundárias, instrumentalizadas por interesses, e substitutas das sociabilidades primárias, típicas das sociedades tradicionais.

Os trabalhos realizados no âmbito da teoria das redes vêm trazer novos contributos para esta discussão, sublinhando a persistência nas sociedades modernas da importância dos laços primários na estruturação das sociabilidades. Neste domínio, os estudos do sociólogo Barry Wellman são referência (1985; WELLMAN et al., 1991). Wellman resgata a discussão sobre “a perda da comunidade” nas sociedades contemporâneas para concluir que os habitantes das cidades continuam a acti-

var um vasto conjunto de laços sociais no quotidiano. Estes não têm, contudo, uma base geográfica de proximidade, extravasando largamente os limites da vizinhança e, mesmo, da interação face a face.

A utilização da teoria das redes nos estudos neste domínio permite identificar campos de sociabilidade ancorados quer em laços fortes, quer em laços fracos – para seguir a definição seminal de Granovetter (1973) – questionando as análises tradicionais sobre os laços comunitários. Os questionamentos desenvolvidos por Wellman podem, hoje, ser recolocados relativamente aos ambientes virtuais. As interações, mesmo as ancoradas em laços fortes, podem ter lugar sem que haja uma âncora territorial e comunicação face a face. A base territorial é substituída pelo “virtual settlement”, o ciber-lugar, espaço virtual onde as sociabilidades se desenrolam. Temos ambientes onde se desenvolvem possibilidades de comunicação, sejam elas ancoradas em sociabilidades primárias (troca de *e-mails* entre amigos, parentes e amantes), sejam aquelas outras onde se reúnem pessoas que têm interesses (profissionais, económicos) em comum. Nuns casos predominam campos de sociabilidade ancorados em laços fortes, nos outros, prevalecem os laços fracos. Analogamente ao que acontece com as interações face a face, são diversos os recursos que circulam.

O segundo campo que domina a agenda de pesquisa sobre redes sociais diz respeito à acção das redes enquanto instrumentos de mobilização de recursos. Neste domínio existe uma gama importante de estudos, com temáticas bastante diferenciadas: mercados de trabalho, apoio social, estudos organizacionais, estudos

na área da saúde, entre outros. A ideia central é que as estruturas de redes têm uma influência decisiva na alocação de recursos. Ou seja, desenhos particulares de redes seriam mais ou menos funcionais para conseguir empregos, ter apoios, conseguir serviços ou favores.

Relativamente ao mercado de trabalho, o estudo clássico de Granovetter (1974) mostra como o uso de diferentes tipos de laços sociais responde à pergunta de como as pessoas encontram empregos. O autor mostrou como, quando alguém procura um emprego, os laços fracos são mais eficazes do que os laços fortes porque permitem sair do meio social em que o indivíduo se insere e aceder a informações e contactos que se situam noutros meios.

No domínio do “apoio social” existe uma vasta literatura que revela como as redes sociais são elementos fundamentais no suporte dos indivíduos, ao nível material e afectivo, tendo impactos muito claros na sua saúde física e mental. Os estudos neste domínio permitem identificar formas de circulação de recursos suportadas por práticas de sociabilidade fora do mercado e do Estado, revelando como a acção das redes se relaciona com o fenómeno do dom.

Finalmente, no âmbito dos estudos organizacionais há uma série de pesquisas que mostram como as novas estratégias de gestão se ancoram no conceito de rede. Um modelo flexível, policêntrico e des-territorializado, tornou-se possível com a série de inovações tecnológicas ocorridas a partir da década de 1970: revolução informática e das comunicações, baixa dos custos dos serviços telefónicos e de transporte, generalização do uso da internet.

Estes processos permitiram a “sociedade em rede” (CASTELLS, 1996), sustentada em estruturas organizacionais que se ancoram em circuitos inovadores de produção e de consumo, que observam, ao mesmo tempo, condicionantes locais e globais. Estas formas organizacionais reticulares permitem a adaptação à pluralidade de um mundo cada vez mais *glocalizado* e são características de uma nova fase de acumulação do sistema capitalista.

BIBLIOGRAFIA

- BARNES, J. A. (1977), Class and committees in a Norwegian island parish. In: LEINHARDT, S. (Ed.), *Social Networks. A developing paradigm*, New York: Academic Press, 233-252 (edição original: *Human Relations*, 7, 1954).
- BOTT, E. (1976), *Família e rede social*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves (Tradução de *Family and Social Network*, 2.^a ed., 1971).
- CASTELLS, M. (1996), *The rise of network society*, Malden, MA: Blackwell.
- DEGENNE, A.; FORSÉ, M. (1994), *Les réseaux sociaux*, Paris: Armand Colin.
- GRANOVETTER, M. S. (1973), The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78, 1360-1380 (republicado in LEINHARDT, S. [Org.] [1977], *Social Networks. A developing paradigm*, New York: Academic Press, 347-367).
- GRANOVETTER, M. S. (1974), *Getting a job. A study of contacts and careers*, Chicago: The University of Chicago Press.
- MERCKLÉ, P. (2004), *Sociologie des réseaux sociaux*, Paris: La Découverte.
- RUIVO, F. (2000), *O Estado labiríntico. O poder relacional entre poderes local e central em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- SIMMEL, G. (1999), *Sociologie*, Paris: PUF.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. (1999), *Social network analysis. Methods and applications*, Cambridge: Cambridge University Press.
- WELLMAN, B. (1985), Studying personal communities. In: MARSDEN, P. V.; LIN, N. (Ed.), *Social structure and network analysis*, Beverly Hills: Sage, 61-103.
- WELLMAN, B.; CARRINGTON, P. J.; HALL, A. (1991), Networks as personal communities. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (Ed.), *Social structures. A network approach*, Cambridge: Cambridge University Press, 130-184.